

A Contribuição da Comunicação Comunitária para a Promoção da Cidadania na Comunidade de Suruacá¹

Priscila RABASSA²
Ítala Clay de Oliveira FREITAS³
Universidade Federal do Amazonas, AM

RESUMO

Este trabalho visa à apresentação dos resultados parciais da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. O estudo trata do ambiente comunicacional que se configura nas relações entre a comunidade ribeirinha de Suruacá e a Rede Mocaronga de Comunicação Popular, da ONG Saúde e Alegria, ambas localizadas no município de Santarém, Estado do Pará. Em seu objetivo geral, essa pesquisa visa analisar o processo de comunicação comunitária na comunidade e sua contribuição para a promoção da cidadania da população ribeirinha. O estudo contará com um suporte teórico das autoras Cicília Peruzzo (2004), Margarida Kunsch (2003) e Raquel Paiva (2003) que conceituam a comunicação comunitária como fator crucial para conectar as comunidades entre si e com o mundo, além de contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação comunitária; cidadania; comunidades tradicionais ribeirinhas; organizações não-governamentais.

Introdução

Sabendo-se que a comunicação ocupa um lugar cada vez mais estratégico na sociedade contemporânea e que é por meio da mesma que o ser humano compartilha informações e conhecimentos, o questionamento que se faz é como desenvolver essa comunicação em locais com dificuldade de mobilização geográfica, como é o caso das comunidades ribeirinhas na Amazônia? Por se tratar de regiões de difícil acesso, já que os rios são a única via de ingresso, essas comunidades são relegadas a uma situação de carência devido à falta de políticas públicas como, por exemplo, direito a educação, a saúde e, até mesmo, aos meios de comunicação, privando-as dessa maneira dos direitos de cidadão. Entretanto, já se tem conhecimento de comunidades com acesso a alguns veículos de comunicação (FIGUEIREDO, 2007) como é o caso da comunidade de Suruacá, localizada no município de Santarém, no Oeste do estado do Pará, onde a Organização Não-

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista (CAPES). Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia. e-mail: prisouza.rp@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM) da Universidade Federal do Amazonas. Tutora do PET-Comunicação Social, email: iclayfreitas@hotmail.com

Governmental Projeto Saúde e Alegria (PSA), através da Rede Macoronga de Comunicação Popular (RMCP) criou, em dezembro de 2003, o Telecentro de Inclusão Digital Japiim, por meio da comunicação comunitária, com os seguintes veículos: rádio, jornal, telefone, *Internet* e produção de vídeos. Logo, o objetivo desse projeto foi identificar primeiramente o processo comunicacional estabelecido entre o Projeto Saúde e Alegria, por meio da Rede Macoronga, e a comunidade de Suruacá, e quais foram os resultados desse processo no âmbito da cidadania da população.

Nossa real intenção é que essa pesquisa possibilite as pessoas perceberem a importância da comunicação comunitária para a ampliação da cidadania de uma população, pois a mesma vem se sustentando como um instrumento para a mudança social e como uma alternativa para democratizar a comunicação. (PERUZZO, 2004). Além disso, acreditamos que é fundamental a inserção de veículos de comunicação para fomentar a comunicação em uma região praticamente isolada e com muitas ameaças ao meio ambiente e aos meios de vida tradicionais, sendo a comunicação um canal de expressão da população, de troca de informação e de conhecimento, auxiliando as pessoas a criarem consciência dos seus direitos e deveres de cidadãos, contribuindo para um ambiente propenso ao desenvolvimento, à qualidade de vida e ao exercício pleno da cidadania.

Portanto, para realizar esse projeto partimos primeiro da revisão teórica para analisar dados das seguintes fontes: publicações sobre a Amazônia, relatórios e publicações do PSA, coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas com os moradores de Suruacá e colaboradores da Rede Macoronga, observação participante, diário de campo, registros fotográficos e conversas informais. A aplicação do formulário de entrevista em Suruacá foi realizada no mês de agosto de 2012, quando passamos duas semanas na comunidade e, em fevereiro de 2013, no PSA, quando passamos uma semana em Santarém.

Apesar de identificarmos durante a pesquisa que o Telecentro Japiim contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de Suruacá, nesse trabalho não pretendemos apresentar um modelo válido para todas as comunidades ribeirinhas, pois cada uma possui particularidades que precisam ser estudadas antes de se instalar um telecentro. No entanto, acreditamos que essa pesquisa torna-se importante por admitir uma justificativa científica ao disponibilizar informações sobre a temática comunicacional em comunidades ribeirinhas, além de encontramos uma razão social à medida que difundir essa experiência pode inspirar outras iniciativas similares.

Os desafios da comunicação na Amazônia

A sociedade atual é da informação, no entanto, essas tecnologias que servem para difundir informações e conhecimento não estão disponíveis para uma parcela da população devido aos custos altos, à falta de infraestrutura adequada e a ausência de políticas públicas. Esses são alguns dos desafios a se vencer para manter uma comunicação eficaz no Brasil, porém, quando se trata da Amazônia a situação parece ser mais complexa. A história demonstra que poucas políticas em termos de comunicação foram desenvolvidas no âmbito da Amazônia, mesmo nos últimos tempos. (ALENCAR, 2010). A provável causa para essa realidade pode ser explicada, primeiramente, pelo difícil acesso através dos rios que, de acordo com BARBOSA (1980, p. 33):

Com raras exceções, quase todas as cidades da Amazônia localizam-se às margens do Rio Amazonas e de seus tributários. Por esta razão, a navegação fluvial é de vital importância para toda a região, que conta a dedo as estradas de rodagem e vias férreas que possui e até mesmo os aeroportos.

Portanto, a natureza que contribui de um lado para a vida dessa população acaba se tornando também um fator limitante para a comunicação, pois a mesma enfraquece o alcance dos meios de comunicação. Os obstáculos passam pela dificuldade de acesso e por restrições ambientais, já que atravessar rios e matas para melhorar a estrutura de comunicação seria quase impossível sem gerar impacto negativo ao meio ambiente, sendo necessário mais investimento do governo e das empresas de telecomunicações na comunicação via satélite. Outro fator limitante, de acordo com ALENCAR (2010), é a falta de interesse das empresas da área em investir capital numa região onde a densidade populacional é muito baixa, levando-se mais tempo para obter um retorno financeiro.

Essa falta de comprometimento dos órgãos responsáveis por melhorar a comunicação na Amazônia pode ser percebida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2008, onde 55,89 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a *Internet*, pelo menos uma vez, no período de referência de três meses, mas apenas 27,5% eram da região Norte, o equivalente a 3,36 milhões de pessoas (CASTRO; BAÍA, 2012). Outra pesquisa realizada, em 2010, pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic) apenas 10% dos domicílios da região Norte possui acesso à *Internet*, sendo que no Sudeste o percentual triplica para 33%. Os principais motivos apontados pelos participantes da pesquisa para a falta da mesma é o

alto custo (56%) e a indisponibilidade do serviço (30%). Isso demonstra o pouco investimento do poder público em ampliar o acesso aos meios de comunicação para a população, excluindo-os do seu direito a democratização do conhecimento e da comunicação. (CASTRO; BAÍA, 2012).

No entanto, essa situação se agrava nas pequenas cidades erguidas no meio da floresta amazônica, que vivem praticamente em isolamento. Nesses locais a distância ainda são medidas em dias de barco e a comunicação se faz por meio dos caminhos traçados pelos rios ou por estradas, que são poucas e precárias. Devido à dificuldade de acesso a algumas comunidades ribeirinhas, por exemplo, a exclusão dos meios de comunicação é uma realidade para essa população, que se obriga a utilizar as embarcações como à canoa ou o barco como único meio de comunicação possível para se relacionar com outras localidades.

Entre aqueles que destacam o papel fundamental da natureza no meio amazônico está Leandro Tocantins (1988). Para ele, o meio é fundamental na organização da vida na região, e o homem e o meio ambiente estão tão unidos que não é possível entendê-los separadamente. Isso nos remete aos estudos de MOREIRA (1989), que afirma que durante muito tempo o homem foi colocado em segundo plano quando o assunto era a Amazônia, porém, sabe-se hoje que ele também é um fator fundamental para se compreender a complexidade que é estudar o Norte, pois é quem interfere no meio ambiente e é ele quem se relaciona com outros seres produzindo novas identificações e comportamentos.

Isso nos leva a compreender os fenômenos comunicacionais por meio dos ecossistêmicos biológicos, o que aponta para as ideias de totalidade e complexidade trabalhadas por pensadores como MORIN (2007), CAPRA (2002) e MATURANA & VARELA (1995). Para esses, os seres vivos são sistemas capazes de produzirem a si mesmos e de se autorregular, o que é primordial para a adaptação ao meio em que vivem já que passam por constantes adequações e reproduções com a finalidade de manter as relações entre os seres. Essa constante adequação as mudanças provocada pelo meio ambiente faz com que o homem amazônico se reformule frequentemente, pois o cenário na região muda conforme as estações do ano e as populações precisam acompanhar essas transformações. Por isso, pensar a comunicação na localidade leva à necessidade de incluir as tecnologias da comunicação necessárias para superar as distâncias, as barreiras naturais e, ao mesmo tempo, aprender as diferenças culturais e estilos de vida das populações para viver em ambientes diferentes, sempre levando em conta as particularidades da região. (MONTEIRO, 2011).

Logo, uma solução para amenizar os problemas da comunicação, principalmente nas zonas rurais, seria investimentos na área de telecomunicações, criando estruturas que proporcionassem o acesso dessas populações aos veículos de comunicação com o objetivo de promover a informação, o conhecimento e a comunicação com outras localidades, além de contribuir para o desenvolvimento da região e para o exercício da cidadania. Entretanto, a falta de investimentos na implantação de energia elétrica é outro fator que prejudica a inclusão dos meios de comunicação na zona rural. Como se pode assistir à televisão se não se tem acesso à eletricidade, já que em muitos desses lugares a energia é produzida apenas por geradores que funcionam poucas horas do dia, e sabemos que a instalação de um sistema solar tem um custo alto? Essa realidade, além de promover uma comunicação fraca e inadequada, gera a exclusão de uma parcela da população, principalmente, das classes baixas, que dependem da boa vontade das autoridades e órgãos responsáveis para expandir o uso das novas tecnologias de comunicação e informação.

Por isso, um dos desafios enfrentados na Amazônia está hoje intimamente relacionado com as contínuas transformações sociais ocasionadas pela velocidade com que têm sido gerados novos conhecimentos tecnológicos e pela falta de infraestrutura nos sistemas de telecomunicações. Sem dúvida, informação, conhecimento e comunicação sempre foram elementos essenciais também no crescimento da economia, sendo a evolução das tecnologias determinante na capacidade produtiva da sociedade e dos padrões de vida, bem como nas formas sociais de organização econômica. (CASTELLS, 1999).

Nesse contexto, estudos de KUNSCH (2007) e PERUZZO (2004) mostram que a comunicação comunitária aparece como uma alternativa para democratizar a comunicação, principalmente, para as classes menos favorecidas e excluídas das grandes empresas que dominam de certa forma, até hoje, os meios de comunicação de massa. A comunicação comunitária transmite processos de participação comunitária relacionados a direitos sociais, políticos e civis, além de promover práticas de comunicação na perspectiva da realidade local, visando o exercício da cidadania da população.

Comunicação para a cidadania

O conceito clássico de cidadania é dado por Thomas Marshall em sua obra *Cidadania, classe social e status*, quando propôs a primeira teoria sociológica da cidadania desenvolvendo os direitos e obrigações inerentes às condições de cidadão. Para MARSHALL (1967, p. 63-64) a cidadania está ancorada no “exercício civil, político e

social”. Porém, a cidadania no Brasil até hoje está longe de ser a ideal pelo fato de que algumas pessoas são mais cidadãs que outras, devido à desigualdade social, consequência do modelo fracassado de desenvolvimento adotado pelos governos. Esse é um fator negativo para a conquista da cidadania, pois, conforme o autor, não há cidadania sem a construção da relação entre o Estado e o cidadão, o que significa que “as pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado”. (MARSHALL, 1967, p. 12).

Contudo, é verificável que, mesmo a passos lentos, a sociedade civil está assumindo o papel de protagonista a procura das mudanças necessárias para a conquista de seus direitos, deixando para trás aquela postura pacata e conformista de séculos. Essa atitude preponderante é fundamental para ARENDT (2008), que acredita que o movimento básico para o início da busca pela cidadania é a percepção de que as pessoas têm direito a ter direitos, e pressupõe a igualdade, a liberdade e a própria existência e dignidade humanas. Para PERUZZO (2007, p. 46), “o desenvolvimento de uma sociedade pode ser medido pelo grau com que estes princípios são expressos e exercitados na forma de direitos e deveres”. Assim sendo, a educação, a arte e, inclusive, os meios de comunicação devem ser desfrutados pelos cidadãos com liberdade e igualdade, promovendo dessa forma o exercício da cidadania.

No entanto, na prática a desigualdade e injustiça social no Brasil são enormes, apesar da população ter o direito, conquistado após muito esforço, mas não o exerce por desconhecimento ou porque seu direito é vetado. CARVALHO (2003) observa que os ideais de uma cidadania podem ser semelhantes, porém, são distintos. Logo, o conceito clássico de cidadania dado por MARSHALL, em 1967, como o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais de uma comunidade não são exercidos plenamente na prática. Essa realidade pode ser observada em comunidades pobres, onde a cidadania tem uma conotação diferente daquelas localizadas em lugares desenvolvidos criando os termos cidadão e o subcidadão, sendo, este último, excluído da cidadania plena que prevê uma participação social ampla e qualificado. (SOUZA, 2003). É nesse contexto que aparece a comunicação como forma de amenizar essa diferença, pois, na história, ela sempre foi tomada como essencial nos processos de modernização de um país, encaixando-se como difusora no processo de participação ativa da população pela busca por seus direitos. SCHRAMM (1976, *apud* PERUZZO, 2007, p. 48) explica:

Os meios de comunicação, especialmente a televisão, ao lado da comunicação interpessoal, podem ser eficazes na promoção do desenvolvimento, uma vez alinhado às três tarefas a serem realizadas em um processo de transformação social, que são: disseminar informações sobre o desenvolvimento nacional, proporcionar oportunidades de participação sobre líderes e às pessoas comuns; e ensinar as técnicas necessárias (desde saber ler até o treinamento de professores, médicos, engenheiros).

Partindo do pressuposto de que não se aprende apenas nas instituições de ensino, mas também por intermédio dos meios de comunicação, o acesso e a participação ativa aos mesmos torna-se questão fundamental para o exercício da cidadania. Para CASTRO (2012) há alguns elementos universais para a consolidação da democracia e da emancipação social através dos meios de comunicação. Por exemplo, os vetores comunicativos que indicam o grau de cidadania de uma sociedade são os direitos de acesso aos meios de comunicação, não apenas como receptor, mas também como protagonista, o direito à mídia comunicativa, à tecnologia e à inclusão digital. De acordo com este, ocorre que a relação entre a comunicação e a cidadania possui duas dimensões. Uma delas representada pela técnica e condição de acessibilidade e democratização do processo comunicativo e outra representada pelo capital social do grupo, onde os espaços públicos nos quais há maior capital social possibilitam melhores condições estruturais para a construção da cidadania.

Por isso, autores como CASTRO (2012) e SOUZA (2003) ressaltam que o conceito de cidadania deve ser analisado conforme a dinâmica social na sua realidade, fugindo dos conceitos clássicos que não representam a realidade de algumas comunidades. Assim, a partir da leitura que se faz das sociedades de exclusão social nas periferias, a cidadania não se opõe totalmente à ideia clássica defendida MARSHALL (1967) como a defesa de direitos individuais e coletivos, ela assume o combate pela conquista de direitos, inclusive pelos direitos a ter direitos e de construir novos direitos. PAIVA (2003) ressalta que analisando essa realidade os modelos de comunicação começam a se configurar no momento em que os grupos excluídos começam a trabalhar em um modelo próprio de comunicação, ou seja, como protagonistas no processo comunicacional.

É nesse sentido que a comunicação comunitária se apresenta como um processo comunicativo envolvendo as pessoas de uma comunidade não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação, processo esse fundamental para a busca da descentralização da informação e da comunicação, podendo contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e para a

construção da cidadania. Por isso, a comunicação comunitária na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos significa:

O canal de expressão de uma comunidade, por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. (DELIBERADOR e VIEIRA, 2005, p. 8).

Portanto, o uso correto dos meios de comunicação a serviço da população, criando acesso às informações e à educação, proporcionará o desenvolvimento social e a cidadania, direito de todo ser humano. Porém, isso implica pensar também em um sistema educacional que ajude na formação de um cidadão não apenas por meio da leitura de livros, mas também através dos meios de comunicação. “O cidadão de hoje pede ao sistema educativo que o capacite a ter acesso à multiplicidade de escritas, linguagens e discursos nos quais se produzem as decisões que o afetam, seja no campo de trabalho como no âmbito familiar, político e econômico”. (MARTÍN-BARBERO, 2000, p.58).

Nesse sentido, a Educomunicação⁴ vem se configurando como importante instrumento para o conhecimento, que de acordo com SOARES (2011), essa favorece a democratização do processo educativo por meio da comunicação. Porém, segundo MARTÍN-BARBERO (2000), há uma defasagem muito grande entre o modelo de comunicação que vigora fora do espaço escolar, na sociedade da comunicação, e o modelo ainda hegemônico de comunicação no qual se baseia o saber escolar. É preciso que a estrutura educacional contemporânea perceba a necessidade de novas linguagens para o campo educacional e a relação fundamental que se faz indispensável entre comunicação e educação.

Transportando-se para a realidade Amazônica, onde o tema em evidência no mundo é sempre o meio ambiente, são poucas as iniciativas que contemplam a vida da população. A rede educacional funciona de maneira insatisfatória, onde algumas cidades contam com escolas funcionando precariamente, e boa parte dos estudantes não consegue concluir o segundo grau. Nas zonas rurais a situação é pior, pois apresentam escolas com ensino apenas da primeira a quarta série e a desistência do ensino é grande. O sistema público tem pouco alcance na área rural, em função das grandes distâncias, dificuldade de comunicação

⁴ Educomunicação é o encontro da educação com a comunicação, multimídia colaborativa e interdisciplinar que pode ir, além disso, e constituir-se como núcleo de saberes diversos que convergem por meio da transdisciplinaridade.

e transporte, deixando essas pessoas muitas vezes isoladas e sem acesso ao mínimo dos bens coletivos. É neste contexto que a prática da comunicação comunitária na região Norte, entre outros instrumentos, pode se configurar em uma importante vertente de suporte ao processo de desenvolvimento comunitário, tanto no aspecto educativo-cultural, como no político-social. Na perspectiva de Paulo Freire, a comunicação democrática está intrinsecamente relacionada à educação libertadora, pois “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 69).

Segundo SOARES (2011), a participação das pessoas no processo de produção midiática traz como consequência à busca por encontrar possibilidades de produção de sua cultura, da transformação da realidade local e o interesse em participar de uma sociedade mais justa e democrática ao mesmo tempo em que a participação leva ao maior conhecimento e interesse pela comunidade local. Por isso, podemos considerar a comunicação comunitária como uma prática social, desenvolvida em uma e para uma comunidade com o objetivo de fomentar o exercício da cidadania, firmando-se como um importante instrumento no processo pela democratização da comunicação, diminuindo a hegemonia dos grandes meios de comunicação.

Vale ressaltar que a comunicação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Ela aparece como o ponto inicial para a busca da transformação social. Analisando essa realidade, algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs) surgem com propostas de trabalhar a comunicação comunitária com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social em comunidades carentes, como é o caso do Projeto Saúde e Alegria na comunidade ribeirinha de Suruacá.

Contextualizando os sujeitos e o lugar da pesquisa

O Projeto Saúde e Alegria (PSA) é uma instituição sem fins lucrativos que atua, desde 1987, em comunidades ribeirinhas na Amazônia promovendo processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, que contribuem no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania. Seu trabalho abrange comunidades nos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, distribuídas nos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti, atendendo cerca de 200 comunidades e aproximadamente 30 mil pessoas por meio de programas integrados nas áreas de direitos humanos, saúde, saneamento, geração de renda, meio ambiente, educação, cultura e

comunicação. Com o slogan “Saúde, alegria do corpo. Alegria, saúde da alma”, trabalha a arte, o lúdico e a comunicação como seus principais instrumentos de educação e mobilização social. (SAÚDE E ALEGRIA, 2010).

Apesar de as comunidades estarem situadas em uma região extremamente rica em recursos, elas se encontram submetidas a um processo de empobrecimento crescente, e a distância torna-se o principal fator de exclusão de comunicação e políticas públicas, tendo em vista que o acesso a tais localidades é permitido por via fluvial e precárias estradas. Diante deste contexto, o PSA surgiu com o objetivo de apoiar essas comunidades para criarem juntos oportunidades de desenvolvimento local, por meio da comunicação comunitária. Através do projeto Rede Macoronga de Comunicação Popular, organizado por 22 sucursais comunitárias, que são grupos locais de jovens repórteres, o PSA trabalha a comunicação comunitária com o objetivo contribuir para o desenvolvimento das comunidades, sendo Suruacá uma das primeiras a receber um Telecentro de Comunicação Popular.

A comunidade de Suruacá, fundada em 1890, está situada na área de abrangência da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, localizada a 4 horas de distância, de barco, do município de Santarém e possui atualmente 120 famílias com uma população de aproximadamente 500 pessoas. Comparada com outras comunidades da região, ela goza de uma estrutura organizada, pois possui posto de saúde, escola até o ensino fundamental, gerador de energia, sistema de água tratada e um Telecentro de comunicação.

Pensando em melhorar a comunicação, a Rede Macoronga de Comunicação Popular criou em 2003 o Telecentro de Inclusão Digital Japiim⁵, projeto que visa formar adolescentes e jovens, por meio de oficinas de comunicação, como repórteres comunitários para a produção de programas de rádio, vídeos, jornais locais e *blogs* na *Internet*, onde os próprios comunitários alimentam a circulação de informações e produzem campanhas educativas, difundindo a voz, a realidade, o cotidiano e a cultura regional da população ribeirinha para o mundo. O espaço físico conta com arquitetura regional, dispondo de 6 computadores com *software* livre e acesso à *Internet* via satélite, movido a energia solar que foi doado pelo Saúde e Alegria em parceria a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁶.

⁵ Batizado com esse nome em homenagem a espécie de pássaro muito comum na comunidade e que durante o dia todo canta, além de imitar o canto de outros pássaros.

⁶ A USAID, criada em 1961, é um órgão independente do governo federal dos Estados Unidos da América responsável por programas de assistência econômica e humanitária em todo o mundo.

Para fomentar a comunicação comunitária, o local abriga ainda a Rádio Japiim FM, que inicialmente, funcionava com duas cornetas, e que agora promove diariamente, pelo trabalho de dois profissionais, notícias ao vivo ou pré-gravadas de interesse da comunidade e música, sendo a primeira rádio comunitária FM implantada pelo Saúde e Alegria na área em que atua. O Jornal, impresso, Japiim surgiu ainda na época da máquina de escrever, depois foram chegando os computadores e a equipe teve que participar de cursos de informática para aprender a produzir os textos nos novos equipamentos e, mais atualmente, com a chegada da *Internet*, foi criado o *blog* de Suruacá, onde novamente a equipe precisou aprender a editar as matérias agora online. As melhores matérias podem entrar ainda no Jornal O Mocorongo, da Rede Mocoronga. Os jornais depois de impressos são distribuídos nas comunidades assistidas pela ONG, maneira essa de disseminar o que acontece em cada uma delas, pois alguns Telecentros não possuem acesso a *Internet*.

Infelizmente, durante nossa pesquisa de campo, foi detectado que o Jornal Japiim encontrava-se inativo por falta de uma equipe de trabalho, pois os jovens que participavam do jornal tinham se mudado para Santarém para continuarem seus estudos e trabalhar. No entanto, foi verificado que uma nova equipe encontra-se reunindo para recomeçar o trabalho, depois de alguns anos sem funcionar.

A *Internet* é outra realidade na comunidade, que não se limita a usá-la apenas para o envio de mensagens, *chat*, jogos ou música, é utilizada também para pesquisas de alunos da escola e demais comunidades vizinhas, para digitação de documentos, além de ser útil para as publicações no *blog*, disponível no endereço www.suruaca.redemocoronga.org.br e que muito contribui para a comunidade, pois uma das características das redes sociais é a sua capacidade de difundir informações de forma mais rápida e interativa, por meio de conexões existentes entre as pessoas, o que acaba por transformar os fluxos de informação, quebrando a distância física e geográfica. (RECUERO, 2009). Para que o ribeirinho aprendesse a utilizar as ferramentas e tudo que as tecnologias podem proporcionar foram realizados cursos e oficinas, tanto para a equipe de trabalho, quanto para os moradores que quisessem aprender, pois o mais importante na implementação de qualquer projeto de tecnologia de informação e comunicação não é apenas a disponibilidade do computador, mas sim as pessoas saberem usá-lo e, sobretudo, permitir que as pessoas atuem como provedores ativos de conteúdos que circulam na rede. (PERUZZO, 2005).

O Telecentro não possui TV comunitária, no entanto, são gravadas, por meio de celular ou câmera de vídeo, reportagens que depois de editadas na sede da Rede

Mocoronga, são exibidas em telões na rua da comunidade. Em 2011, foi a primeira vez que comunidade produziu um telejornal, realizado durante a Oficina de Vídeo com Celular, promovido pelo PSA em parceria com a empresa Vivo. Os vídeos produzidos pelos comunitários geralmente abordam assuntos relacionados à cultura local, a educação e ao meio ambiente, como forma de difundir a história e a dinâmica da vida social de Suruacá.

O local abriga ainda as reuniões comunitárias e apresentações culturais, promove campanhas de educação e cursos de educomunicação. O incentivo a leitura é feito por meio da Biblioteca Comunitária, que possui dezenas de livros gratuitos para os ribeirinhos lerem. As crianças e os jovens são os que mais visitam o acervo, sendo os livros infantis os mais procurados. Durante a visita à Biblioteca, cada pessoa deixa sua assinatura, no caderno de registros, e fazem um relato das histórias que foram lidas no dia. A procura também é grande por alunos que fazem pesquisas escolares, sendo a escola e a Rádio Japiim parceiras na divulgação e no incentivo dos comunitários pela leitura. A iniciativa de criar o Telecentro na comunidade deu tão certa que a ONG conseguiu atrair a atenção de grandes empresas, como a Vivo e a Ericsson, fechando uma parceria para a construção de antenas de telefonia, doação de celulares e instalação de *Internet* 3G, contribuindo significativamente para a melhoria da estrutura e da comunicação no local, que antigamente contava apenas com um orelhão que raramente funcionava. Essa mudança pode ser percebida durante um passeio pela comunidade quando vimos muitos moradores utilizando o celular, assim como os jovens que ficavam baixando músicas e utilizando as Redes Sociais.

A contribuição da comunicação comunitária para Suruacá

Durante a pesquisa de campo, podemos verificar, por meio da observação participante, conversas informais e pela análise das entrevistas realizadas, que a rádio é considerada o veículo de comunicação mais importante para o ribeirinho por apresentar, primeiro, uma programação diária, abordando assuntos considerados importantes para a população como a saúde e a educação, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade de vida, além de promover uma comunicação mais ágil e acessível à comunidade. O telefone celular apareceu em segundo lugar considerado por 100 % dos entrevistados como o veículo mais eficaz, contribuindo de forma significativa para a comunicação com pessoas de outras comunidades, seguida pela *Internet* que, além de promover a comunicação e a informação via redes sociais, é utilizada como ferramenta para pesquisas e trabalhos escolares, contribuindo para a educação local. Durante a pesquisa ficou claro que

a *Internet* trouxe o global para o local, pois sem esse veículo a comunidade continuaria excluída de informações e conhecimentos que antes seria quase impossível chegar aos comunitários devido à distância de acesso gerada pelos rios. O jornal impresso foi citado como um veículo relevante para o desenvolvimento da comunicação, da transmissão de informação e conhecimento, além de incentivar a leitura. Porém o mesmo encontra-se parado, passando por uma fase de reestruturação da equipe de trabalho. No entanto, a comunidade anseia pela sua volta. A produção de vídeos e apresentações de teatro foi detectada como importantes veículos, contribuindo também para a promoção da cultura local.

Para finalizar a entrevista, foi perguntado o que mudou na comunidade com a chegada do Telecentro de Comunicação. Em primeiro lugar apareceu como resposta a “comunicação eficaz”, pois os veículos promoveram a comunicação dentro e fora da comunidade. Melhorias na saúde e na educação apareceram em segundo e terceiro lugar, respectivamente, pois de acordo com os moradores, a mortalidade infantil foi erradicada após a chegada da ONG, e campanhas de educação e incentivo a leitura são promovidas no Telecentro em parceria com a escola, diminuindo o índice de reprovação. Promoção da cultura local, desenvolvimento social, econômico e político, educação ambiental e incentivo ao esporte foram citados também como melhorias fomentadas pelo trabalho do Telecentro.

Verificamos durante a pesquisa que o Saúde e Alegria desenvolvendo essa experiência na Amazônia é possível demonstrar o potencial da comunicação, adequando-a as peculiaridades regionais e integrando-a as políticas públicas no desafio de melhorar a educação e a comunicação em lugares distantes como a comunidade de Suruacá.

Considerações Finais

O que podemos perceber durante o tempo em que passamos na comunidade é que o trabalho realizado pelo Telecentro Japiim trouxe a possibilidade do ribeirinho atuar de forma mais eficiente na preservação da sua história, transitando entre a cultura tradicional e as novas tecnologias, além de reafirmar a sua própria identidade, pois a comunicação promove o conhecimento, fazendo com que o ser humano questione mais tudo que faz parte da sua vida, atingindo os objetivos propostos pelo Saúde e Alegria ao implantar o Telecentro. Pessoas informadas são preparadas para lutarem por seus direitos e deveres, e isso não seria diferente nem mesmo numa comunidade no meio da floresta Amazônica. Por isso, pensar a comunicação comunitária em lugares com difícil acesso, como é o caso das

comunidades ribeirinhas, é uma maneira de contribuir para a construção de um ambiente comunicacional adequado visando o desenvolvimento e a promoção da cidadania da população.

É correto afirmar que a comunicação é um direito de qualquer ser humano, entretanto, é preciso que esse direito seja devidamente exercido até mesmo pelos ribeirinhos. Logo, esse trabalho aponta para a importância da comunicação comunitária como instrumento para a mudança social e para o desenvolvimento da comunidade, utilizando estratégias para mobilizar, agir, educar, transmitir informação e conhecimento, promovendo dessa maneira o exercício da cidadania da população, além de ser uma alternativa para democratizar a comunicação em comunidades ribeirinhas. Ela aparece como o ponto inicial para a busca da transformação social, criando sujeitos ativos na conquista pelos seus direitos de cidadãos.

Referências

ALENCAR, Marcelo. **História, Tecnologia e Legislação de Telecomunicações**. Campina Grande: Ed. do Autor, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Florense, 2008.

BARBOSA, Waldir de Albuquerque. **O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia**. 1980. 189 p. Dissertação (Mestrado USP/ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer Editora, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel A. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **A constituição aberta e os direitos fundamentais: ensaios sobre o constitucionalismo pós-moderno e comunitário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira; BAIA, Dayane C.P. Uma experiência de inclusão digital na Amazônia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 390 – 409, maio/agosto 2012.

DELIBERADOR, Luzia M.Y.; VIEIRA, Ana C. R. **Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa de Assentamento do MST**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005. 16 p.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio. **Rede Ribeirinha de Comunicação: estratégia de gestão participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável**. **Inovcom – Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 9-17, 2007.

- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- KUNSCH, Margarida M. krohling. Sociedade civil, multicitadania e comunicação social. In: KUNSCH, Margarida M. krohling.; KUNSCH.; Waldemar Luiz. (Orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ensanchando territorios en comunicación/educación. In: VALDERRAMA, Carlos. **Comunicación & Educación**. Bogotá: Universidad Central, 2000.
- MONTEIRO, Gilson Vieira. Ecosistemas comunicacionais amazônicos. In MONTEIRO, Gilson Vieira; Abbud, Maria Emília de Oliveira; PEREIRA, Mirna Feitoza. (Orgs). **Estudos e Perspectivas dos Ecosistemas na Comunicação**. Manaus: Edua, 2011.
- MOREIRA, Eidorfe. Amazônia: o conceito e a paisagem. In: **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Organização de Maria Annunciada Chaves. Belém: Conselho Estadual de Cultura ; Seduc; Cejup, 1989.
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- PERUZZO, Cicilia M. K. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. K.; KUNSCH, Waldemar Luiz. (Orgs). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.
- SAÚDE E ALEGRIA. **Relatório Anual 2010**. Disponível em http://www.saudeealegria.org.br/upload/psa_relata_nual_2010.pdf. Acesso em Jun.2013.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – Contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editorafg IUPERJ, 2003.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.